

PLANO DE ACÇÃO DO MITESS

Reforçado combate do trabalho infantil

UM plano de acção para o combate às piores formas de trabalho infantil deverá ser implementado a partir deste ano pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS).

Para o efeito, o sector, em coordenação com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), vai listar as

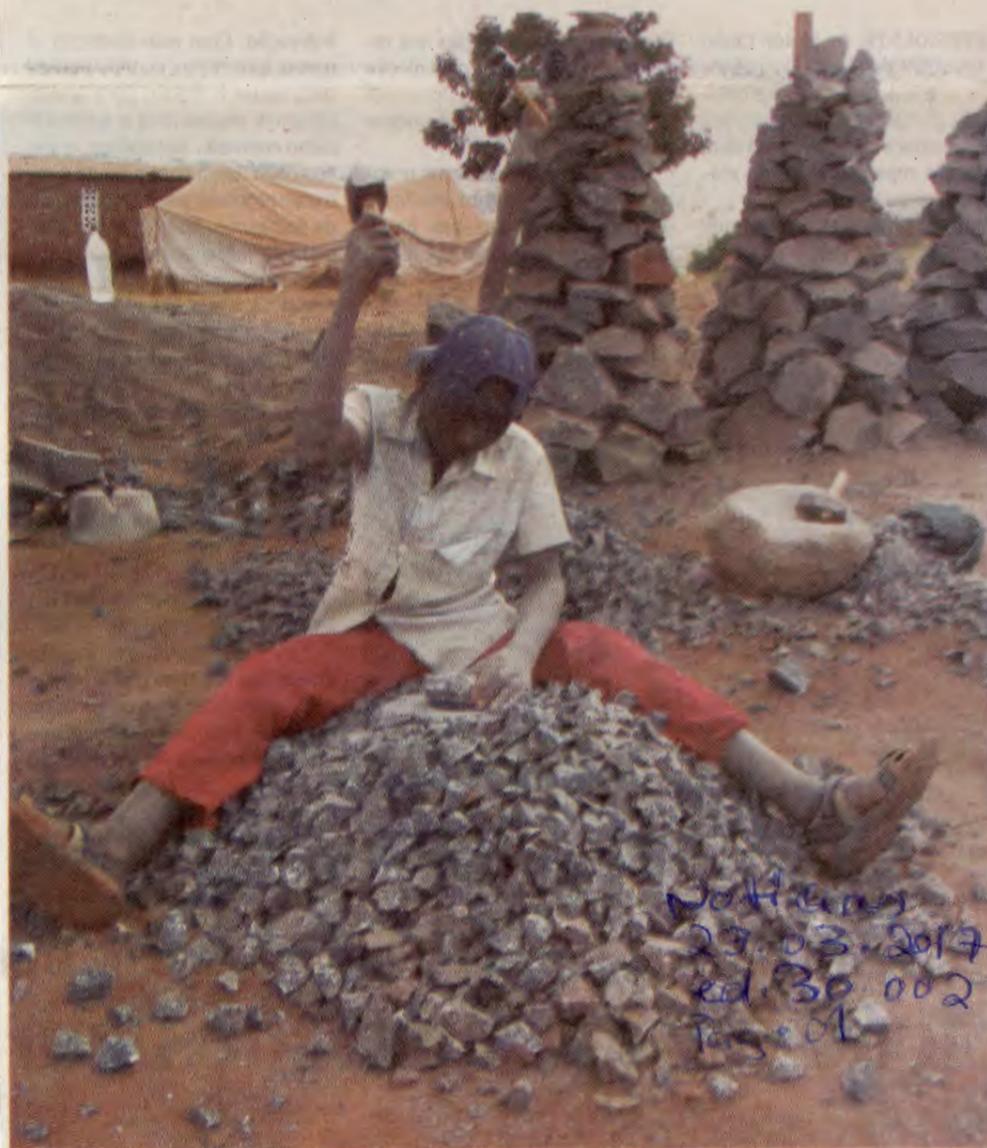
Falando ontem em conferência de imprensa, a Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Dias Diogo, disse que para além do reforço dos instrumentos legais de protecção da criança, a sensibilização da sociedade é crucial para a erradicação do fenómeno.

"A criança pode e deve trabalhar, desde que a actividade esteja

de exploração de mão-de-obra infantil e definem a idade mínima para a sua realização.

A lei do trabalho em vigor no país abre espaço, em regime excepcional, para que crianças com a idade mínima de 15 anos possam realizar algumas actividades remuneradas.

Todavia, o trabalho de menores é vedado no sector da estiva,



Ministério do Trabalho pretende eliminar as piores formas de trabalho infantil

piores formas de trabalho infantil existentes no país.

Segundo um estudo realizado pela Universidade Eduardo Mondlane, entre 2014-2016, cerca de 1.4 milhão de crianças estavam envolvidas no trabalho infantil, principalmente nas áreas da agricultura, comércio informal e o garimpo.

dentro dos padrões dos direitos humanos. Mas ela tem de estar protegida da exploração, para que a sua integridade física e moral não sejam comprometidas" disse.

O trabalho infantil é associado à pobreza das famílias, e Moçambique é signatário das convenções internacionais do UNICEF e OIT, que proíbem as piores formas

transporte e manuseamento de carga dada a sua natureza, que pode ser pernicioso para crianças.

A aprovação do plano de acção para o combate às piores formas de trabalho infantil, segundo a ministra, vai reforçar a actuação da Inspeção-Geral do Trabalho.